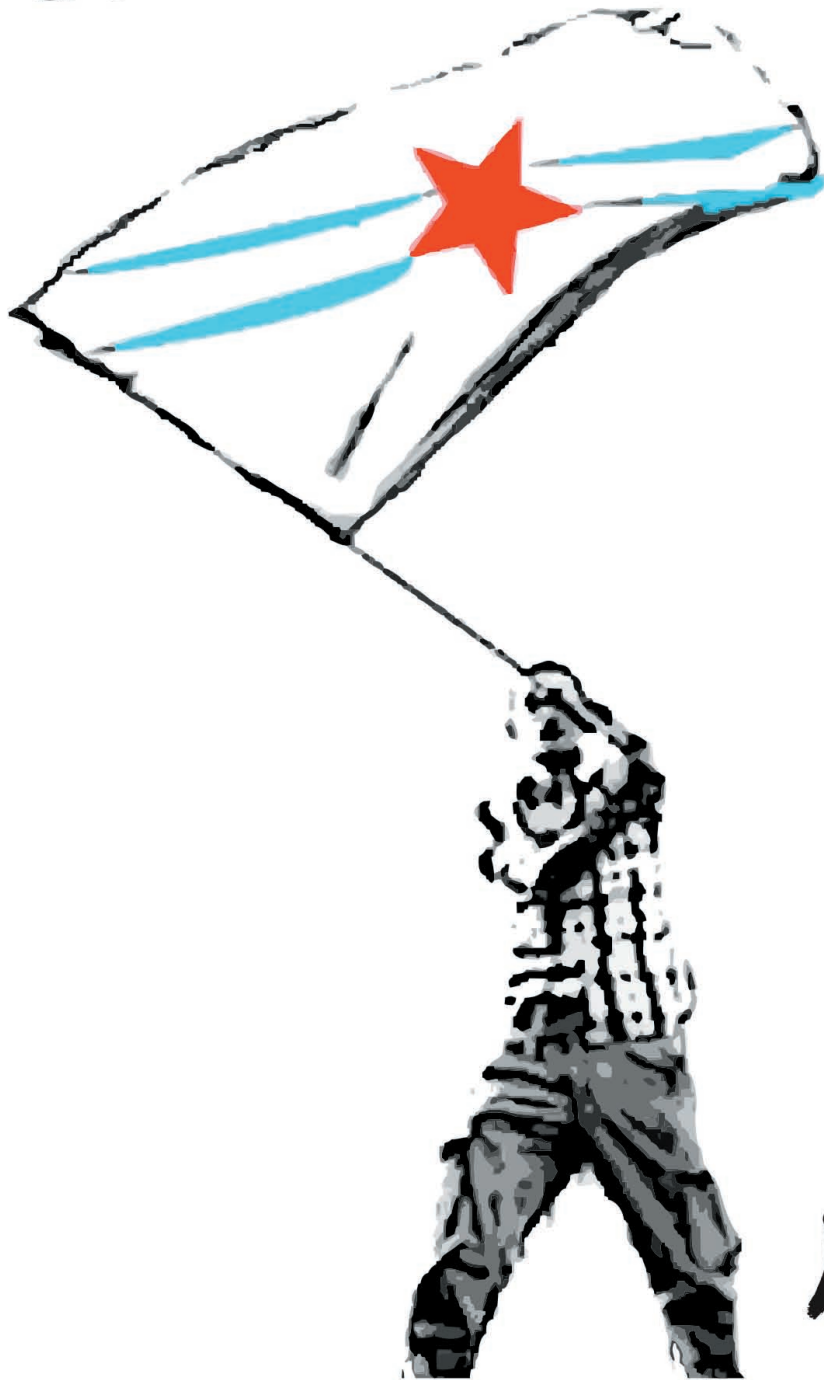


erguemos a bandeira  
do combate juvenil

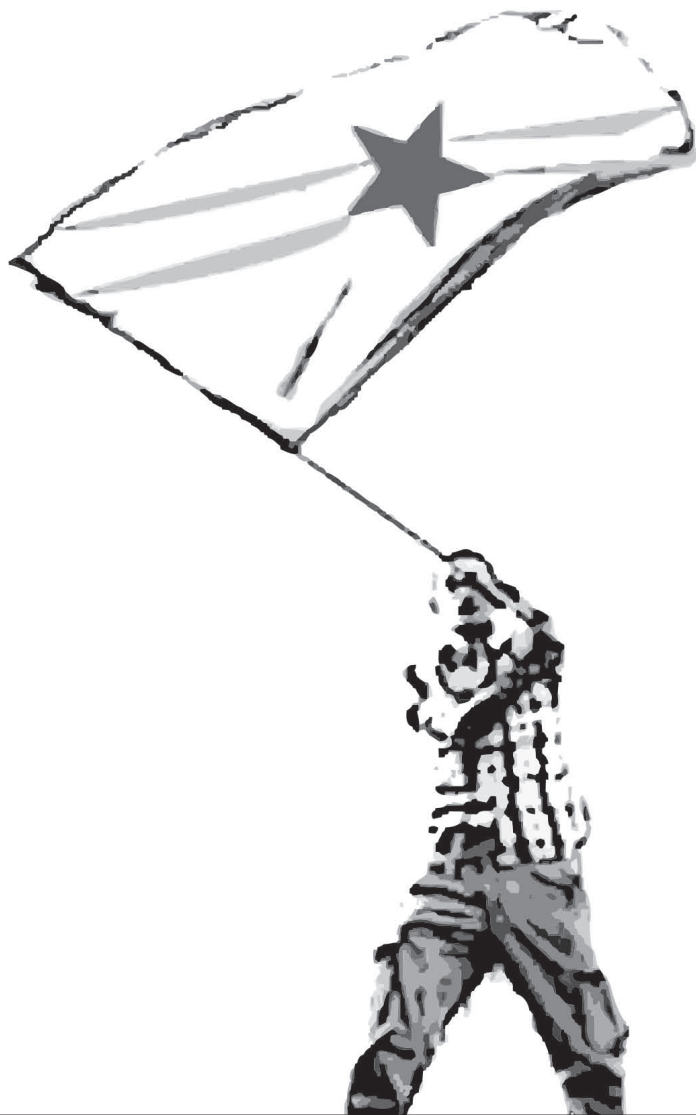


*briga*

# Resoluções II Congresso Nacional

Corunha, 28 de Outubro de 2006

erguemos a bandeira  
do combate juvenil





Resoluções II Congresso Nacional  
RESOLUÇÕES CONGRESSUAIS Nº 2

[www.briga-galiza.org](http://www.briga-galiza.org)  
[nacional@briga-galiza.org](mailto:nacional@briga-galiza.org)

Permite-se a reproducção total ou parcial sempre que se citar procedência  
Primeira edição: Novembro de 2006

# ÍNDICE

Tese política .....	5
1. A política juvenil da Junta, crónica do continuísmo e a insuficiência .....	5
1.1. Introdução .....	5
1.2. PSOE e BNG empenhados em aplicar receitas de sempre maquilhadas como nunca.....	5
1.3. Programas eleitorais e juventude.....	6
1.4. Intervençom laboral da nova Junta .....	6
1.5. Intervençom do bipartido para o acesso d@s jovens à vivenda .....	7
1.6. A política sobre sexualidade do bipartido .....	10
1.7. Drogas e juventude, A Junta continua a prometer sem chegar soluçons.....	11
2. Juventude e repressom .....	13
2.1. Introdução .....	13
2.2. Repressom ao serviço do sistema .....	13
2.3. Poder adulto e opressom juvenil .....	14
2.4. Juventude e alienaçom .....	14
2.5. A ofensiva contra a juventude .....	15
Tese organizativa .....	17
Resoluçons .....	21

# TESE POLÍTICA

## 1. A política juvenil da Junta, crónica do continuísmo e a insuficiência

---

### 1.1. Introdução

Vai lá mais de um ano desde que o governo do PP deixava passo a umha etapa “de mudanças” que PSOE e BNG estavam chamados a liderar após acabar com 16 anos de fraguismo. Agora que a “revolução tranqüila” e o “governo da mudança e do diálogo” levam já mais de 365 dias à frente do governo autonómico é tempo mais do que suficiente para avaliar as transformações praticadas durante este período, em que o bipartido deveria ter efectivizado o pacote mais urgente das suas promessas eleitorais no referente a política juvenil.

Os 16 anos de governo do PP prévios às eleições de 19 de Junho de 2005, tenhem acompanhado, e na maioria das ocasiões gerido, a queda em picado das condições de vida d@s jovens galeg@s. A taxa de desemprego e precariedade juvenil ascendia exponencialmente, ao tempo que os requisitos para o acesso à vivenda, já de por si draconianos, impediam a emancipação à grande maioria da população jovem deste país. O autoritarismo e repressom fôrom os principais ingredientes da relação do fraguismo com o movimento juvenil nom domesticado polas quantiosas ajudas entregues em troca de silêncios.

A mocidade foi sistematicamente afastada dos espaços de decisom, invisibilizada a sua situação com cortinas de fumo como o apresentado a bombo e pratos *Plano Labora* que após anos de aplicação demonstrou o que muitos denunciárom na altura, a sua total ineficácia.

Podemos dizer que a política juvenil da Junta caracterizava-se na essência por um soterramento dos problemas reais da juventude, ao mesmo tempo que se dava umha falsa imagem de dinamismo juvenil e bem-estar, com programas de intercâmbio e mobilidade que na prática só podiam desfrutar umha fracção minoritária, encontros de “jovens empreendedores”, espanholização dos espaços de lazer, tentativas para solucionar a nula identificação juvenil com a Europa do Capital, cortapizas para o associacionismo juvenil, etc.

Ante este panorama, eram múltiplas e urgentíssimas as tarefas do novo executivo galego recém chegado a Sam Caetano, sobretudo tendo em conta quais eram as promessas eleitorais dos dous partidos agora responsáveis do governo da CAG. Mas as promessas leva-as o vento, e hoje constatamos que nom se tenhem afrontado com decisom e valentia política os grandes problemas que afronta a juventude galega do século XXI, mas ao contrário.

Isto nom quer dizer que nom se produzirão certas melhoras. É certo que houve tímidas mudanças nalgumhas matérias, mas em geral as medidas tomadas som claramente insuficientes por estarem restringidas em muitos casos ao âmbito local, nom terem garantida a sua continuidade, carecerem de orçamento suficiente ou por serem claramente epidérmicas e nom solucionarem os problemas de fundo. Isto nom impediu que a Junta disfarzasse estes tímidos avanços, tentando rendibilizar ao máximo umhas medidas que polo de agora se limitam a golpes de efeito, de escassa repercussom na maioria dos casos.

O paradigma deste querer e nom poder, ou melhor aparentar querer mas em realidade nom querer, foi o famoso *Noitebus*, cujas oito linhas funcionárom só durante o verao, em itinerários que nem tam sequer satisfazérom as demandas das comarcas costeiras, lembremos, as únicas que pudérom desfrutar deste serviço, ficando fora algumas das comarcas com maior população juvenil tais como Compostela ou a Corunha, além de todas as de interior. A timidez e falta dum interesse real por parte da administração impedem que a iniciativa do *Noitebus*, igual que outras medidas similares, atinja os objectivos fundamentais, tais como a descida do número de jovens mort@s nas estradas em fim de semana, fomento do transporte público gratuito ou favorecer a mobilidade juvenil. Assim o que a priori pode parecer umha medida transformadora ficará em simples propaganda.

Outros exemplos deste tipo de iniciativas de muita repercussom mediática e escassa profundidade, som a extensom de descontos do *Cartom Jovem*, que serve para fomentar o consumo juvenil dum lazer alienante e de determinados produtos que som os que tenhem desconto; continua sem haver serviços gratuitos de transporte; a nova focagem do jornal *Infoxove*, a publicação de informação juvenil que edita a Junta, com umha tiragem insuficiente -60.000 exemplares

para toda a Galiza- e um reparto ineficiente, que se esquece das zonas de concentração de juventude e prioriza os espaços institucionais, além de manter o velho costume do PP de utilizar dinheiro público para fazer propaganda partidista, neste caso do BNG; ou o maior avanço que se deu neste ano, a gratuidade da pílula do dia depois, respostando a anos de reivindicações de diversos colectivos sociais.

## 1.2. PSOE e BNG empenhados em aplicar receitas de sempre maquilhadas como nunca

Mas a pouco que ranhemos na capa de pintura do novo governo, chegaremos a conclusom de que o PSOE e BNG tinham claramente delimitado o teto ao qual estavam dispostos a alcançar. Os orçamentos da Junta para o ano 2006, onde se exponhem por ordem as prioridades do gasto público, som abondo eloqüentes. É surpreendente que o gasto em serviços e bem-estar social nom ocupa o primeiro lugar que em concordância com as promessas e programas eleitorais, deveria. Assim, na cúspide das preocupações da Junta atopamos o seguinte, "...os orçamentos querem reorientar o actual modelo de crescimento económico face um modelo de economia competitiva e aberta aos mercados e sectores de futuro." Eis aqui a maior preocupação do novo governo, que primará a neoliberalização, a "apertura de mercados", que já seja em boca de delegados da UE, do Estado espanhol ou da CAG. Isto nom significa outra cousa que bons tempos para a burguesia, e maus para @s trabalhadores/as, em especial a juventude e as mulheres. Mas nom remata aí, já que como preocupação secundária da Junta, e voltamos a citar textualmente: "Em segundo lugar, estes Orçamentos prestam especial atençom às políticas sociais (...) Os Orçamentos para 2006 querem contribuir a incrementar a competitividade da economia galega, reforçando as bases para um crescimento capaz de criar emprego estável e de qualidade. Por este motivo, amossam un forte impulso no gasto em capital humano, nas áreas de educaçom, I+D, Universidades, formaçom de trabalhadores, inovaçom industrial, apoio à iniciativa empresarial e geraçom de umha cultura emprendedora". É dizer, que o gasto em subsídios a empresas e programas e cursos ministrados por bancos em universidades, assim como o fomento da criaçom de novas empresas, som gastos sociais. Ou o que é o mesmo, que os objectivos do primeiro e do segundo grupo, pisam-se e igualam-se em muitos casos.

## 1.3. Programas eleitorais e juventude

Mesma conclusom tiramos se figermos o exercício de comparar os compromissos durante a campanha das eleições do 19-J com o posto em prática até o momento. Sem dúvida, é este o meio mais rápido para deduzir qual é a preocupação que o novo governo bipartido mostra pola juventude e os nossos problemas.

No programa eleitoral do PSOE defendiam-se medidas muito semelhantes às do programa do PP em matéria juvenis tais como a promoçom do emprego e auto-emprego (voltamos aos jovens *empreendedores* patrocinados polo SCH), aprovaçom dum *Plano de Emprego Juvenil*, favorecer o acesso à vivenda diminuindo os prazos de pagamentos de alugueres, e sobretudo um bom pacote de intervençoms no ensino, rumadas à criaçom de microempresas e à identificaçom com a UE, mais umha vez, assim como a criaçom de Conselhos da Mocidade, e a educaçom nuns hetéreos valores cívicos.

Quanto ao BNG, que apesar exercer de comparsa no novo governo apresenta-se como garante das "grandes mudanças", ao acudir ao seu programa encontramos umha ordem de prioridades surpreendente, e também suspeitosos parecidos com o programa do PSOE. Criaçom de diversos tipos de centros para a mocidade como casas da juventude, centros "cívicos", instalaçoms desportivas, espaços de tempo livre e lazer, etc., iniciaçom da participaçom juvenil nos governos dos concelhos através dos Conselhos da Mocidade, cujas interrelaçoms regulariam-se por convénio, aborda-se a situaçom laboral juvenil com a promessa dum estudo sobre a mesma a escala municipal, com especial atençom a mulheres, discapacitad@s e desempregad@s de longa duraçom. Coincide com os outros dous partidos maioritários quanto ao fomento do auto-emprego, explicitando-se o apoio a iniciativas empresariais e projectos que gerem emprego juvenil. No tocante a vivenda, colocado ao final do programa, compromete-se facilitar o acesso à vivenda pública, e em especial em régime de aluguer. Por último, resenha-se umha aposta polo fomento do desporto de base e o emprego das instalaçoms desportivas pola juventude, assim como campanhas para previr a drogadiçom, criaçom de centros especializados, etc.

Só com botar um olhar a ambos programas podíamos deduzir na altura que nem BNG nem PSOE prometiam mudanças de calado. Por um lado o BNG só prometia reformas que docificaram e maquilharam o programa de neoliberalismo agressivo do PP. No caso do PSOE, esta prática, já totalmente assumida enquanto que garante da continuaçom do franquismo por outros meios, combina-se com o oportunismo político, que fôrom as chaves junto ao desgaste do PP por causa dos sucessivos movimentos populares, desde a LOU até os protestos contra a agressom ao Iraque, passando polas greves gerais ou o Prestige, para aceder finalmente à Junta.

Embora saibamos isso, é tarefa inescussável para umha intervençom revolucionária avaliar a política desta nova Junta no terreno juvenil, para constatar o grau de cumprimento do seu já de por si pouco ambicioso programa eleitoral.

## 1.4. Intervençom laboral da nova Junta

Um trabalho digno que permita a emancipaçom do lar familiar ou umhas condiçoms laborais estáveis é algo que a gran-

de maioria d@s jovens só podemos imaginar. Sendo este um dos problemas de primeira ordem, tanto o PP, como o PSOE como o BNG prometiam como vimos diferentes panaceias, que até o momento ficárom em papel molhado.

### 1.4.1. Um olhar à realidade da juventude trabalhadora galega

A situação da classe trabalhadora na Galiza é o produto de décadas de corte das prestações sociais básicas, desmantelamento do chamado Estado da Providência, desestruturação dos nossos sectores produtivos por decisões de centros de poder alheios, desregularização do marco de relações laborais, incapacidade e falta de vontade da Junta e as administrações da CAG de diversificar o tecido industrial, queda contínua do emprego desde anos setenta, altas taxas de desemprego de longa duração, à roda do 60%, etc.

Neste desolador panorama, a juventude galega tem a duvidosa honra de possuir as taxas de desemprego, precariedade, temporariedade e sinistralidade mais altas do Estado espanhol, e das mais altas de Europa. Assim a finais de 2003, o desemprego juvenil triplicava a meia do desemprego na Galiza. No caso das mulheres, a taxa de desemprego feminina entre os 20 e 24 anos era quase o dobro que a masculina. Quase metade d@s menores de 25 anos estavam no desemprego, praticamente a totalidade dos contratos assinados por menores de 25 eram temporários (concretamente o 93%), e éramos @s trabalhadores/as pior pag@s, um 40% menos de meia que o resto do quadro de pessoal.

Essa era a realidade laboral ao final do mandato do fascista Fraga Iribarne, com o PP ao leme da administração. A finais de 2005, com meio ano de governo às costas da nova Junta, a temporalidade juvenil atinge mais do 50%, 60% no caso das moças, com contratos que no 54% dos casos som inferiores aos seis meses, e a metade deles, a um mês. @s jovens mort@s em acidentes laborais continuam a ser notícia, sem que as empresas sejam sancionadas nem os responsáveis penados com prisom. Quanto os nossos salários, nesse emprego temporário que copamos, é um 20% mais baixo que a meia galega. Mas o dado realmente calafriante topamo-lo no caso das mulheres, para as que seja qual for o tipo de contrato que tenham assignado temem um salário sempre inferior à meia, entre um 10%-40%. Além do mais, a juventude continua o êxodo migratório ante a impossibilidade de ter um trabalho digno na Galiza, provocando umha sangria de jovens, em especial com formação meia-alta, que esvazia de mocidade preparada os postos de trabalho na Galiza.

### 1.4.2. Política laboral da Junta da Galiza, entre a gestom da reforma laboral e a propaganda

Enquanto se agravam as condições da juventude trabalhadora, as medidas de urgência da Conselharia de Trabalho nom passárom de ser promessas vácuas. Assim as anunciadas reformas de choque para frear a brutal escalada de acidentes laborais, o fomento da contratação fixa, o combate à precariedade ou a focagem de género nas políticas laborais, soam a burla nos ouvidos dumha juventude trabalhadora que vê agravadas as suas condições de existência enquanto a burguesia anuncia cada ano ganhos milionários.

Para o governo da Junta da Galiza entre o que se diz e o que se fai há um grande treito. Porque sim que se estão a tomar medidas laborais, mas nom som as que se anunciam nos jornais e televisons do sistema. Enquanto a boca grande fala de emprego estável e um futuro para @s jovens, a pequena dá ordens para preparar o campo à nova reforma laboral, umha nova agressom pactuada em Madrid a porta fechada polo governo de ZP e os sindicatos amarelos, sendo excluídas da negociação organizações sindicais como a CIG.

Esta reforma é um aprofundamento do *Acordo Interconfederal de Estabilidade no Emprego* de 1997, gerido com o PP na Junta e no Governo espanhol. Num dos pontos da nova reforma, e referindo-se a este AIEE, diz-se assim: "à vista dos seus resultados merece umha avaliação positiva, polo que nom parece oportuno introduzir alterações substanciais". Tendo em conta que a temporalidade entre esse ano e a actualidade nom fijo mais do que medrar, observamos que em política sócio-económica, PSOE e PP temem as mesmas preocupações e prioridades.

Assim num grande alarde de cinismo, a reforma laboral, potencia o contrato indefinido. Mas este novo contrato, chamado de fomento de emprego, nom só tem o despedimento mais barato, mas vai permitir a subvenção de empresas privadas com dinheiro público, em nome desse fomento da contratação indefinida. Com este tipo de contratos, passa-se de quotizar à Segurança Social 45 dias por ano trabalhado até um máximo de 42 mensalidades a fazê-lo unicamente 33 dias por ano, e com um máximo de 24 mensalidades. Por outra banda, os subsídios a empresas já nom se calculam por percentagens da quota empresarial da Segurança Social, mas têm quantia anual e durante 4 anos, nalguns casos durante toda a vigência do contrato; a maiores receberám 800 € por cada contrato temporário que se mudar nestes novos indefinidos de fomento do emprego, reduzem-se as quotizações ao Fundo de Garantia Salarial (FOGASA) num 50% e por desemprego, em especial para as ETT's. Também se legaliza o encadeamento de contratos, e ainda que se promete um incremento de pessoal de inspectores e subinspectores de trabalho na quantidade de 254 vagas, haverá que vê-lo para crê-lo.

É dizer, umha reforma feita a medida da patronal e da CEOE, de António Fontenla, José Maria Cuevas e o empresariado espanhol e europeu, que vai ter um efeito catastrófico para as condições materiais de existência da classe obreira do Estado espanhol, e em especial dos seus sectores mais desprotegidos e explorados, nomeadamente a juventude e

as mulheres das nações oprimidas.

E o quê é que está a fazer a Junta da Galiza ao respeito? Pois o governo autonómico tem assumido com satisfação a nova reforma, reconhecendo inclusive que complementa as medidas que a Junta está a implementar no plano sócio-laboral. Assim, algumas das medidas que o novo executivo tomou nestes meses som experiências piloto para a implantação da nova reforma. Aprovaram-se já as primeiras subvenções a empresas a começos de ano, com partidas de 54 milhões de euros para fomentar o contrato de fomento de emprego, através daquele contrato indefinido-precarizado. Estes milhões som contabilizados como investimento em criar postos de trabalho, mas na realidade nom deixam de ser financiamento de empresas privadas com quartos d@s trabalhadoras/es.

Do mesmo jeito, dos 300 milhões de euros dos que dispom a Conselharia de Trabalho para o ano 2006, diz ter reservado a metade para criar emprego juvenil. Mais um engano. Em primeiro lugar, essa reserva inviste-se para a criação de emprego de menores de 45 anos, ficando por tanto a juventude com um investimento muito menor da anunciada. Ao mesmo tempo, encontramos as mesmas armadilhas que no caso anterior. Estas “medidas” som incentivos económicos, outra vez eufemismos para falar de subsídios, que copam mais dumha terceira parte do total do gasto, e que vam rumados à contratação de fomento de emprego, muito mais barata para o despedimento e geradora de mais subsídios como vimos acima. Aproximadamente outra terceira parte desse desembolso será adjudicado a “programas de aquisição de experiência profissional”, o que tem muitas probabilidades de referir-se aos actuais contratos em práticas e similares, em que a exploração juvenil alcança as suas quotas mais altas e que agora estarám financiados pola Junta. Vemos entom que o que parece umha intervenção de choque vai ficando cada vez mais magra, até roçar o miserento. Assim de todo este investimento, apenas umha ínfima parte realmente incidirá na criação de emprego juvenil.

Eis a preocupação real que o governo da Junta tem pola inserção laboral da mocidade, polo seu futuro. É mais, enquanto mentem sem pudor e pressumem de ter melhorado as condições laborais da juventude, continuam a morrer moç@s todos os meses sem que ninguém mova um dedo, os nossos salários de miséria continuam congelados, permitem-se acrescentar os dos deputados do parlamento galego num 10%, com unanimidade das forças políticas institucionais, de 48.000 a 53.000 euros ao ano. Estas devem ser as tam cacarejadas medidas de choque.

### **1.5. Intervenção do bipartido para o acesso d@s jovens à vivenda**

Recentes inquéritos tenhem revelado que a vivenda, em realidade a falta da mesma, é a principal preocupação da juventude deste País. A impossibilidade de acedermos a umha morada digna polos preços astronómicos, a subida dos tipos de interesse, a cumplicidade dos políticos com a mastodónica burguesia da construção e a falta dumha aposta real das administrações para a promoção do aluguer juvenil tenhem sido alguns dos factores mais importantes que tenhem provocado a situação actual.

A dia de hoje, quase o 70% da população jovem da CAG nom tem possibilidade de emancipar-se, e esse 30% restante destinou quase a metade do salário ao pagamento de alugueres e hipotecas. A Comunidade Autónoma Galega ocupa o antepenúltimo lugar na taxa de emancipação estatal, tendo o maior incremento do preço dos andares e um dos crescimentos mais bruscos nas hipotecas (26% entre Maio de 2005 e o mesmo mês de 2006). Como exemplo, o caso das comarcas sob administração da província de Ponte Vedra, onde a vivenda se encareceu num 60% desde 1999, sem possuir praticamente oferta de andares protegidos, e onde o preço médio de cada metro quadrado quase triplica o Salário Mínimo Interprofissional (SMI). Isto supom o custe mais elevado da CAG, cum encarecimento polos altos preços do solo que podem repercutir no preço final da vivenda em mais de 24.000 euros.

Nom é estranho que sendo a juventude galega um dos sectores mais agredidos e empobrecidos pelas políticas laborais europeias, espanholas e autonómicas, as dificuldades para atingir um espaço próprio em que desenvolver a nossa vida som se couber ainda maiores que para o resto do povo trabalhador.

#### **1.5.1. O cimento convertido num negócio mais que rendível**

Esta impossibilidade de acesso à vivenda agocha muitos factos a salientar. O Estado espanhol é junto com Irlanda e Portugal onde mais medrou a superfície artificial (urbanizada, infraestruturas, minaria, indústria, etc), acrescentando-se a um ritmo anual de 1,9%, muito por cima da meia. As construções e o cimento ocupam cada dia um espaço natural equivalente a três campos de futebol. Dentro desta agressão das formigueiras, estudos estatais assinalam o litoral galego, em especial a Marinha, como os espaços mais danados. Só a superfície urbanizada cresceu um 12% entre 2000 e 2005. Segundo o último informe do Observatório da Sustentabilidade, é dos Estados da UE que mais vivendas tem por 1000 habitantes e ano, com 18,1 novas vivendas/hab. e ano frente ao ratio europeu do 7,7, achegando-se quase a triplicar a meia europeia. Em 2005 alcançou-se um recorde histórico absoluto na construção de vivendas, com um total de 812.294.

E nom é por acaso. Os lobbies imobiliários das promotoras urbanísticas e construtoras som o motor indiscutível da economia capitalista espanhola. As empresas dedicadas à construção e toda a maquinária de benefícios económicos que este sector move, se embolsam milhões de euros de benefícios netos todos os anos, sem importar que a especulação



e a corrupção de concelhos e administrações públicas sejam generalizadas.

A especulação urbanística, um cancro que tem provocado entre outros factos a queima indiscriminada de milheiros de hectares no verão de 2006, tem uma colaboração privilegiada e simbiótica entre empresas construtoras, administrações públicas e tecido bancário. Assim, aos baixos tipos de juros unem-se a falta de incentivos ao aluguer e o preço do solo urbanizável, que os concelhos empregam como fonte de financiamento. A vaga de requalificações de solo urbanizável é uma constante das principais cidades galegas, e previsivelmente sofrerá uma forte aceleração no litoral após a vaga incendiária. Por outra banda, e em especial agora que estamos às portas das eleições municipais, observamos a apresentação de planos de ordenação municipal que se baseiam fundamentalmente na construção de vivendas e na oferta de terreno industrial. Este comportamento dos Concelhos provocou a alça imparável dos preços do solo, que supom um 40% do preço final da vivenda. Na Galiza continua a construção de milheiros de prédios destinados a serem habitados. Em especial na costa, onde se provoca um importante impacto ecológico em ecossistemas muito delicados, modificam-se à vontade os planos urbanísticos locais ou directamente se incumpe a ineficiente lei de costas.

No Estado espanhol, o preço da vivenda subiu um 124% desde 1980 em termos reais, o que pode dar uma ideia da burbulha especulativo-imobiliária que se leva gestando nas últimas décadas, e que provoca a escalada imparável de preços, no caso galego um 10% só no último ano. Enquanto as hipotecas, as subidas contínuas som cada vez de maior quantia quanto mais recente se figura a sua assinatura. Assim, nas hipotecas a 26 anos assinadas em 2006, podem subir até 2.500 euros ao ano, nas mais comuns, as assinadas a 20 anos, o importe mensal já subiu 62 euros mais. Estes encarecimentos produzem-se em função da alça do Euríbor, o tipo de juro que mais afecta às hipotecas. As subas serão inasumíveis para a maior parte da população jovem, entre ela a galega, com condições económicas das mais precárias do Estado.

A estes dados há que somar-lhes a existência de 2,5 milhões de vivendas desocupadas em todo o território estatal. Isto significa que há espaços, mas a necessidade acumulativa das empresas construtoras precisa dumha demanda continuada para seguir a manter o seu ganho, pelo que essas vivendas continuam desabitadas. Continua-se assim a lógica ilógica do capitalismo. Milheiros de pessoas do Estado espanhol vem-se obrigadas a viverem em chabolas e infra-vivendas, enquanto há moradas de sobra como para albergar a população galega no seu conjunto.

A burbulha especulativa tem na Galiza um foco de primeira ordem, tanto pelas corruptas administrações públicas, que em muitos casos som simples gestores das desfeitas empresariais, como pelo facto de que a população leva estancada e com sintomas de retrocesso desde há décadas. Quando as taxas de juros medrem como está a acontecer agora, o mercado esteja saturado e a oferta seja superior à demanda, a queda do valor atingirá a milheiros de famílias, assim como às entidades de crédito que somarão milheiros de impagados, sendo as únicas beneficiadas as empresas construtoras. Sairão a luz milheiros de andares que nom serão necessários, investimentos perdidos para todos excepto para a burguesia especuladora.

### **1.5.2. Umha intervenção caracterizada polo continuismo e a dependência**

Devemos estudar as diferentes políticas de vivenda juvenil à luz desta realidade da especulação. Tendo sempre isso em conta, políticas que a primeira vista podem resultar mais ou menos acertadas, se revelam assim como grandes presentes às construtoras.

Quiçá uma das medidas com mais projecção mediática que anunciou o governo espanhol foram os famosos microandares para jovens, que cum tamanho de 30 metros quadrados deixavam 7, uma vez instalados os móveis e equipamentos, para a vida diária. Ante as diversas críticas que este anúncio recebeu as mais hipócritas foram as do PP, cujos quadros nom em poucas ocasiões pertencem às máfias construtoras. A Ministra espanhola do ramo tentou defender esta aposta pola infra-vivenda para a mocidade como um grande avanço, e quando isso foi insustentável, repetiu até a saciedade que seria unicamente para “um período muito pontual da vida dos jovens”. Nom há que perder de vista que esta medida, como muitas outras das que tanta repercussão tenham nos media, já estavam em funcionamento soterrado prévia aprovação, e só há que pescudar na qualidade e tamanho que tenham os andares para estudantes em qualquer cidade galega para ver que estas infra-vivendas levam anos em circulação.

A aprovação a começos de ano do *Plano Estatal de Vivenda 2005-2008* foi de novo apresentado como um grande passo adiante neste âmbito, em que se primaria a aquisição de vivenda para a juventude. De novo vai elevar-se o investimento neste plano, mas é muito importante desglossar em que sentido. Assim, este novo plano lançará vivendas de protecção oficial (VPO) para rendas de classes médias de 42.000 euros de renda anual, as quais nom som o colectivo mais desfavorecido, e desde logo no que nom se compreende à juventude trabalhadora, a verdadeiramente necessitada de ajudas para aceder à vivenda. Estes andares serão um 20% mais caros do habitual, e se bem quem as compre nom poderá receber ajuda directa, os governos autonómicos e as promotoras que as construam sim terão compensações. Está por ver a eficácia popular desta medida, já que hoje o 80% de quem acede a um andar protegido tem uma renda de menos de 16.000 euros anuais.

É importante deixar claro que o *Plano Galego de Vivenda* só é umha adaptação do plano estatal, que obedece as directrices do Ministério espanhol, ao que se lhe engadem outras iniciativas que também nom som do governo PSOE-BNG. É o caso do *Programa de Aluguer*, um remendo rápido da *Bolsa de Aluguer do Plano de Vivenda 2002-2005*, impulsionado na altura polo governo do PP, e que agora a Junta tenta rendibilizar politicamente. Em conjunto, podemos definir a “nova” política de vivenda como umha política velha, com diferente pintura. Puro continuismo com certos retoques dos traços mais agressivos do neoliberalismo corrupto do PP, enquanto continua sem existir um *Plano Galego de Vivenda* que atenda às necessidades específicas e à situação extremadamente precária da juventude galega.

Assim, o novo plano galego duplica os investimentos do anterior (logo veremos a onde vam parar esses quartos públicos) com um incremento do 83% de vivendas de nova construção, com o conseguinte incremento da necessidade de solo urbanizável, do incremento da especulação e dos enormes benefícios para promotoras e construtoras, quando o necessário nom é construir mais prédios e contribuir à especulação, mas favorecer a acessibilidade dos já existentes.

É necessário conhecer a intervenção anterior do PP para avaliar as actuações do actual governo autonómico quanto à vivenda juvenil, que se caracterizou por tomar medidas improvisadas, normalmente em plena pré-campanha e com a necessidade de apañar votos entre umha juventude que tradicionalmente lhe deu as costas.

Como exemplos, a *Hipoteca Jovem*, programa fantasma que além do nome nom teria repercussom real na maioria da população polo paupérrimo investimento de menos de 3 milhons de euros, e polo sector ao que estava dirigido: Pessoas de entre 18-35 anos com ingressos mensais de 2.300 euros ou menos, aos que se davam ajudas de até 1500 euros na compra de vivenda tanto livre como protegida. Isto provocou que o 70% destes subsídios foram a compras de vivenda livre, à que maioritariamente optam as classes sociais com mais ingressos. Em muitos casos, as concessons da Junta empregavam-se para comprar andares de luxo. Claramente, esta medida nom beneficiava os/as trabalhadores/as, permitindo que pessoas que quadruplicam o SMI tivessem as mesmas facilidades para adquirir vivenda que jovens que malviverem com menos de 1000 euros ao mês.

Outro exemplo seria a *Bolsa de Aluguer*, que respondeu também à necessidade pontual de votos do PP prévia à derrota eleitoral do fraguismo. Finalmente foi um foco de corrupção e clientelismo sem limites, onde umha quarta parte dos contratos assinados violava directamente a legislação ao respeito, através do inflado dos preços que aproveitavam que a bolsa se concedia em percentagem do custo do aluguer total, o pacto prévio do custe entre proprietários e alugas-doras/es, o arrendamento anterior à petição de bolsa, etc. Finalmente, a *Bolsa de Aluguer* provocou um encarecimento do 20% nos preços de aluguer dos andares, ao tempo que esbanjava 900.000 euros do erário público.

Como se pode ver, nemgumha das medidas estrela que pressuntamente iam supor umha melhora na acessibilidade à vivenda da juventude eram mais do que fogos de artifício e corruptelas administrativas. Mas com a chegada do novo governo, nom se produzírom mudanças substanciais que promocionassem o aluguer em função dos ingressos reais da juventude, que acabassem com a altíssima quota de nom emancipad@s maiores de 20 anos, que penalizasse a posse de andares e prédios vazios e sem uso e que permitisse que a maior parte da gente jovem se tirasse de enriba a lousa hipotecária de umha vez por todas.

Em lugar disso, o governo PSOE-BNG reforma as medidas anti-populares do PP, aprofundando na via das regalias às empresas e o continuismo nesta situação que impede à grande maioria da juventude deste país fazer a sua própria vida sem depender economicamente das maes e dos pais. Assim, suprime a *Hipoteca Jovem*, reduzindo a 600 euros as ajudas. É certo que há algumas mudanças já que neste caso, só se subvencionarám vivendas protegidas, e a destinatári@s com salários inferiores aos 1175 euros mensais. Ainda assim, som claramente insuficientes. A quantidade de 600 euros é irrisória ao falarmos de hipotecas, sobretudo tendo em conta a alça imparável dos seus preços da que antes falamos.

Outra actuação da Junta é fomentar a compra de andares usados para convertê-los em VPO, subvencionando compradoras/es de menos de 36 anos com rendas menores aos 1.200 euros, com um subsídio mínimo de 13.000 euros. O problema é que no caso d@s menores de 26 anos, o limiar de renda mínima para a concessom de subvenção volta a subir e coloca-se entre 1.200 e 2.000 euros, o que voltará a beneficiar a minoria de jovens com os salários mais altos.

Ao mesmo tempo, a Junta de Tourinho e Quintana nom tem empacho em pôr em funcionamento a proposta do Ministério de Vivenda dos microandares que tanto rejeitamento provocou. Assim promoverá o aluguer de Vivendas de Protecção Autonómica (VPA) de 40 metros quadrados (pequena melhora em espaço vital), até um máximo de 309 euros, mas a pessoas de qualquer idade.

E por último chegamos ao verdadeiro cerne da questom, bastante similar às actuações do governo em matéria laboral. Se no primeiro caso se subvencionavam empresas com cartos públicos para incentivar a nova contratação indefinida-precarizada, agora os cartos públicos vam passar ao sector privados das promotoras que assinem obras de prédios de protecção de entre 40-45 metros quadrados. Às exençons de impostos se unem subsídios do 20% por adiantado do preço final para as promotoras, equiparando o regime fiscal da VPA com a VPO. Possibilitará-se além do mais que os

créditos que se solicitem para construir estes imóveis fiquem igualmente exentos do pagamento dos impostos de transmissão de bens patrimoniais e de actos jurídicos documentados assim que esta vez serão os bancos os que lancem vivas ao governo autonómico. Os preços finais destas vivendas diminuídas custará, segundo previsões da Junta, entre 70.000 e 80.000 euros, se bem está por ver o grau final de cumprimento destas promessas, assim como o número de VPA e VPO que se põem à disposição da população. Lembremos que o plano de vivenda 2002-2006 também eximia em teoria de impostos que agora estão a ser reclamados pela Junta, e prometeu grandes melhoras em matéria de vivenda que ficaram em nada.

Por todo isto na Conselharia de Vivenda e Solo, cumha peça do BNG à frente, em realidade umha gestora aséptica ideologicamente, topamo-nos com um dos campos nos que menos esforços se tenham realizado por enfrentar os problemas e as necessidades específicas que fam da juventude galega um dos sectores sociais com maiores dificuldades para aceder à vivenda. E pola contra, mais se tem impulsionado cenários para que as empresas continuem a engordar os seus os jugosos benefícios.

### **1.6. A política sobre sexualidade do bipartido**

Se o amplo universo da sexualidade abrange muito mais do que daremos em tratar nos seguintes parágrafos, trataremos de chegar umha análise crítica das principais actuações da Junta nesta matéria assim como analisaremos as principais problemáticas que hoje enfrenta a mocidade galega.

#### **1.6.1. Medidas paliativas e preventivas**

Nom negamos, e assim o analisaremos mais adiante, que os embaraços nom desejados som problema de primeira ordem entre a juventude galega e polo tanto eram precisas medidas paliativas. E chegarom com a decisom da Junta de administrar gratuitamente a pílula contraceptiva, mas a uns meses vista, é evidente que a medida é unicamente um precário mendo para um problema mais grave.

E é que toda medida paliativa é boa se conseguirmos introduzir com antecedência umha medida preventiva. A política integral de sexualidade que @s jovens precisamos deve ter como objectivo principal a normalização da sexualidade em todos os ámbitos da nossa educação e socialização para poder assim chegar a dar umha informação completa e saudável sobre um aspecto fundamental na vida de qualquer jovem. Evitar dumha vez por todas o sexo como tabu e impedir que se continuem a transmitir os velhos preconceitos que ainda persistem e som promovidos polos sectores mais retrógrados e conservadores, é fundamental para garantir que as jovens e os jovens galegos podamos disfrutar plenamente do nosso corpo.

A juventude galega atopa ainda hoje inumeráveis obstáculos que impedem um pleno desenvolvimento da sua sexualidade, que vam desde a falta de lugares para a práctica sexual destinado às e aos jovens sem andar próprio, até o difícil acesso a métodos anticoncepcionais.

É fundamental que exista umha formação integral, que abarque todas as suas dimensões desde a heterossexualidade à homossexualidade, evitando que a educação seja sesgada e alienante. Além do mais a política de sexualidade tem que ir dirigida a evitar prácticas de risco, o que passa pola educação no correcto uso dos métodos anticoncepcionais, que sirva de prevençom tanto dos embaraços nom desejados como das Enfermidades de Transmissom Sexual (ETS`s), das que umha parte importante da juventude galega tem um profundo desconhecimento, nom sabe como actuar ante elas ou tem vergonha de acudir ao centro de saúde para tratalas.

Os avanços da Junta nesta matéria, se bem existem e mais em contraste com os 16 anos de gestom do fraguismo, som principalmente propagandísticos, som apenas golpes de efeito que nom vam acompanhados dumha intervençom séria e de fundo neste terreno fulcral para o pleno desenvolvimento d@s jovens.

#### **1.6.2. A gravidez nom desejada**

A medida mais positiva foi sem dúvida a difussom gratuita da pílula do dia depois. Desde Abril de 2006 este método anticoncepcional está disponível nos Centros de Saúde e Orientaçom Familiar, suprimindo-se assim a reaccionária e sexista política que historicamente tem relegado este método aos Centros de Orientaçom Familiar (COF), sempre sob receita médica e pagando. Estas medidas, estabelecidas para alicionar a juventude e demonizar as prácticas sexuais, som assim suprimidas após décadas de reivindicações de diferentes sectores onde a esquerda revolucionária e o feminismo real mostrárom de sempre umha oposiçom frontal.

Apesar de todo, esta medida nom impede que a prática do pessoal destes centros continue na mesma. Em nom poucas occasions a nefasta concepçom reprodutivista e anti-abortista à que o catolicismo condena as mulheres tem ultrapassado os pórticos das igrejas para instalar-se nos centros de saúde e entre @s profissionais que os gestionam. Nom é estranho encontrar este comportamento no pessoal dalguns destes centros, que continuam o labor culpabilizador e alienante do clero a través da intimidação e culpabilização das moças que lá assistem para solicitar a pílula. Caso

paradigmático é o COF de Compostela que já foi objecto dumha campanha de denúncia.

Para começar, a gravidez nom desejada entre a juventude galega nom existe. É um invento. O 98,7% das adolescentes galegas que ficam grávidas nom o desejam. O alarmante dado resulta ainda mais preocupante se tivermos em conta que a percentagem nom fijo mais do que acrescentar-se desde 1990, ano em que estávamos no 93,57%. Tentar fazer a divisom entre um sector de moças que querem ter filh@s e outro que nom é umha falácia empregada polos media para ocultar a realidade. A prática totalidade das adolescentes nom querem ter filhos. Sendo estrit@s, teríamos de entender quando alguém nos falasse de gravidez nestas idades que é nom desejada por defeito: Nom há gravidez desejada, ou é umha percentagem ínfima da população femenina. De facto, o maior incremento em número de abortos produziu-se entre adolescentes, seguido de jovens de entre 20-24 anos.

Estamos a falar dum acrescentamento na última década do 80% na Galiza, situando-se a CAG à frente de todo o Estado espanhol em abortos de mulheres menores de 18 anos, multiplicando-se por seis o número de intervenções cirúrgicas no mesmo período. Estamos a falar de que mais da metade das jovens galegas recorrem ao aborto no caso de gravidez. E estamos a dizer que essa outra metade que está obrigada a ser mae contra a sua vontade e será forçada a hipotecar a sua vida deixando de ser dona do seu corpo.

As mulheres que nalgum momento se plantejam recurrir ao aborto, vem-se afectadas por diversos factores, nom so morais, sociais e religiosos, mas também económicos. Nom há que esquecer que estas intervenções custam entre 400-600 euros, se realizam em mais do 90% dos casos em centros privados, no caso das mulheres galegas normalmente em Madrid. De facto, em 2002 o 97,53% dos abortos de todo o Estado espanhol praticárom-se em centros sanitários privados.

Esta situação dramática continua tendo mais dados oficiais, que nom conseguem exprimir o sofrimento, a dureza da imposição de que o sistema decida por ti e te condene a umha vida que nom só nom escolhiche, mas que rechaças com todas as tuas forças. Assim, o 39% d@s jovens a nível estatal continuam a manter relações sexuais sem empregar anticonceptivos, e a CAG tem o nível mais baixo de uso de anticonceptivos de todo o Estado espanhol.

As responsabilidades autonómicas neste sentido som evidentes, nom falemos já de um governo estatal que directamente ignora a terrível situação de centos de moças galegas todos os anos. No território sob administração da Junta permite-se que haja farmácias que se neguem a vender preservativos e outros tipos de contraceptivos, sem que sejam penalizadas pola Junta, aprofundando nessa demonização religiosa do sexo. Assim mesmo, o governo do PSOE-BNG continua a defender que o corpo das mulheres nom lhes pertence, admitindo a vigência da legislação espanhola, que impede que o aborto seja livre, deixando estipulado que só em caso de grave perigo para a saúde física e psíquica da nai, nos tres primeiros meses de gestação dumha violação denunciada e reconhecida como delito ou malformação fetal seja legal. E isso quando os governos autonómicos tenhem reponsabilidade directa nas políticas de prevenção e educação sexual, inexistentes, ineficazes ou insuficientes até a actualidade.

Por outra banda, estas conseqüências da falta de preocupação e intervenção política ao respeito das políticas de sexualidade tenhem fornecido de importantes benefícios as empresas da sanidade privada, que como vimos acaparam a prática totalidade deste tipo de intervenções. Em Janeiro de 2006, a Conselharia de Sanidade garantiu o acesso ao aborto, sempre e unicamente nos supostos citados anteriormente, nos centros públicos, medida que de BRIGA apoiamos, tendo sido umha das nossas reivindicações desde a nossa constituição. Mas temos de ir mais além, e sem deixar de valorizar muito positivamente este anúncio, cuja efectivização seguiremos com atenção, exigimos umha política integral de prevenção e informação juvenil sobre sexualidade.

### 1.6.3. *Quero-te*, medida estrela do bipartido

A este respeito, outra das medidas positivas do bipartido foi a abertura do centro de assessoramento afectivo-sexual *Quero-te*, como experiência piloto que em teoria precederia à criação dumha rede destes, sem que ainda se figura público o seu número concreto nem a sua radicação geográfica. Além de fornecer da pílula do dia depois de jeito gratuito, editou-se umha web informativa com informação sobre anticonceptivos, diferentes práticas sexuais, doenças de transmissom sexual, perigos e dúvidas mais comuns, etc.

O centro possui umha planilha de quatro especialistas, ficando aberto ao público em horário de tarde, apenas três horas, e nas manhás de três dias da semana. As dúvidas mais freqüentes enviadas por e-correio som respostadas em menos de 48 horas, e o Centro conta com documentos sobre a identificação das diferentes opções sexuais, violência machista, etc. Além do mais, realizárom-se quatro saídas informativas desde a sua abertura, concretamente nas festas do 24 e 25 de Julho em Compostela, o Dia do orgulho LGTB, as Festas da Peregrina em Pontevedra e o 28 de Julho em Compostela, além da ministração dum curso de assessoramento sexual para as Oficinas de Informação e Juventude (OMIX).

Até aqui nom podemos senom parabenizar a iniciativa, a pesar da insuficiência horária, já que nom existe um serviço de jornada completa semanal, nem um telefone de emergência 24 horas. Por outra banda, a focagem do centro de as-

sensoramento afectivo-sexual nom é acaída, já que a identificação inequívoca das relações sexuais com as relações afectivas tenham sido umha das grandes mentiras do sistema patriarcal, um jeito mais de sacralizar a relação de casal, heterossexual, claro, e o matrimónio como a única opção possível de relação sexual, demonizando as experiências sexuais com diferentes pessoas, e enarbolando o cristão conceito de “fidelidade” que muit@s jovens obedecem ainda que nom vão a missa nem pensam em casar, quando o sexo nom tem por que ter umha carga afectiva.

Ao mesmo tempo, um único Centro em Compostela nom é quem de lutar contra as décadas de inoperância da anterior Junta, a repressom sexual educativa e familiar, a promoção do patriarcado através dos meios, a homofobia, o machismo, a violência contra as mulheres, etc, que fôrom inculcados n@s jovens desde crianças. Quatro trabalhadores/as, por muito especialistas na sua matéria que forem, nom poderão assessorar os centos de milhares de jovens galeg@s que precisam com grande urgência umha política integral de sexualidade e prevenção, com abertura de centros especializados deste tipo em cada comarca.

### 1.7. Drogas e juventude, A Junta continua a prometer sem chegar soluções.

Achegando-nos ao ano e meio de rodagem do novo governo autonómico, o anunciado *Plano Galego sobre Drogas* continua sem aprovar-se, e apenas conhecemos que no seu rascunho se fala de prever o consumo do cannabis e tomar medidas contra o *botellom* e o consumo de álcool que até o de agora tenham sido, simplesmente, reforçamentos da presença dos corpos repressivos as sextas e sábados pola noite. Também se anunciou em Abril de 2006 a criação de unidades de drogodependência inseridas nos centros sanitários correntes, o qual acabaria com a segregação e estigmatização social que a actual rede de centros provoca. Porém, continuam a ser promesas eleitorais até a sua efectivização.

Continua entom o programa de incompetência e abandono que caracterizou 16 anos de governo do PP, baseado em ignorar as crescentes evidências dum consumo massivo que produz centos de adit@s todos os anos, dos quais umha quarta parte nom superarão nunca a adição. Mas os dados escapam a toda a maquilhagem, a menos que se minta descaradamente ou se digam meias verdades. A pesar das declarações do comisionado do *Plano Galiza sobre Drogas*, que leva praticamente um ano em preparação, os programas actualmente existentes na Galiza nom temem a repercussom necessária como para impedir que sejamos a capital do consumo de cocaína de todo o continente europeu, ou que o número de atendid@s nos centros do velho *Plano Galiza sobre Drogas 2002-2005* fora de 11.000 pessoas, sem contar com 2.000 pessoas mais que fôrom atendidas nos cárceres.

Programas como o Sísifo nom ultrapassam a interacção com mais de meio milhares de adit@s. Do mesmo jeito, programas com umha focagem muito acertada nalguns ámbitos como os levados a cabo por Energy Control som umha iniciativa do Concelho de Barna gestionado por umha ONG (ABD), que além de desconhecer os parâmetros nacionais que diferenciam o consumo de drogas na Galiza doutras partes do Estado e de Europa, som umha iniciativa exportada e aproveitada polo Governo autonómico actual para remendar umha carência inexcusável, e que o Governo espanhol nom tem interesse em remediar, tal e como demonstra o ridículo orçamento que concede à CAG o Estado espanhol no seu *Plano Nacional sobre Drogas* (1.255.000 euros), sobretudo de compararmo-lo com outros gastos como o feito em material e salários repressivos, assim como em gasto militar. Desse *orçamentinho*, a maior parte já está comprometido em programas municipais previamente existentes já que quase a metade gastárom-so nos Serviços Preventivos Assistenciais de Drogodependência de Ogrobe e Vilagarcia de Arouça, o que nos fai perguntar-nos que cartos se empregáram ao aprovar-se esse novo *Plano sobre Drogas*.

Programas municipais dirigidos à juventude como, *Boas Noites* em Compostela, *Noites Abertas* em Ponte Vedra, *Noites Vivas* em Vigo ou *Ardora* em Ferrol, apresentárom-se na altura, como alternativa ao lazer nocturno baseado no consumo de drogas. Malia estimularem iniciativas de certo interesse nalguns casos, a falta dumha proposta integral de dinamização do tecido associativo, o carácter intermitente dos mesmos, o baixo nível de publicitação e o ínfimo rádio de alcance, gorárom de partida os objetivos propostos.

Temos de ter muito claro que a Galiza é um dos territórios de entrada preferente para as drogas nom legais no mercado europeu. A ONU fala do Estado espanhol como o principal porto de entrada de cocaína no continente, junto aos Países Baixos. Ao mesmo tempo, possui a taxa de consumo mais alta de toda Europa, com um 1,5% da população total, sendo o segundo posto para a Gram Bretanha, com um afastado 1%. Isto produce-se numha baixada da popularidade da heroína, que é vivida como umha droga marginal e perigosa, frente à baixa percepção de risco da cocaína, que volta a ascender rapidamente. Nom é de extranhar que como mínimo 10.000 jovens em todo o Estado espanhol de entre 14 e 18 anos som aditos a esta substância, padecendo algum grau de psicose o sofrendo paranoia transitória, e acrescentando-se num 400% entre 1994-2004.

Isto produz-se num contexto de acrescentamento mundial do consumo de drogas, com um 3% da população mundial – 185 milhons de pessoas – que fijo uso das drogas em 2003. Deles, 13 milhons consumírom cocaína, e 15 opiáceos (heroína, morfina e ópio), se bem a mais consumida é o cannabis (150 milhons de pessoas), seguido dos anfetamínicos. O Estado espanhol compartilha estas tendências gerais, estando também à cabeça no consumo de cannabis, excepto no caso da cocaína. Das 655 milhons de Tm desta substância produzidas em 2003, a UE recebeu quase 4.

Delas, o maior consumo registou-se no Estado espanhol. Onde? Na Galiza.

Mais de 11.000 pessoas recebêrom tratamento para deixar a cocaína em 2005, elevando-se até mais de 12.000 em 2006 (tenhamos em conta que o incremento pudo ser muito maior dos 1.000 que em princípio calculamos). A meia anual de tratamentos na Galiza é igual ao total de consumidores/as menores de 18 anos de todo o Estado espanhol. O número de mortes por reacçom aguda em 2003 foi de 44, se bem a meia instala-se à roda das 50 pessoas mortas, rondando a idade meia os 33 anos (sendo a província de Ponte Vedra a que registou maior número de mortes). O 60% destas mortes em 2004 devêrom-se à cocaína, quando umha década atrás falavamos do 1%.

Isto nom significa que a maior massa de consumidores nom se encontre nos menores de 30. a idade meia do início do consumo de cannabis som os 12 anos, na área metropolitana de Vigo mais da metade d@s jovens consomem drogas nom legais no fim-de-semana, e os maiores índices de crescimento do consumo de cocaína registam-se entre os 19 e 24 anos.

A pesar destes dados poder ser orientativos, nom devemos esquecer que neste ponto e no resto das Teses, estão tirados dos órgãos de gestom do sistema. Isto significa que, tendo em conta a tradicional opacidade e distorçom informativa que pratica o capitalismo, a realidade é com muita probabilidade muito pior do que representam estas cifras, já de por si preocupantes. Ao mesmo tempo, a interessada divisom entre drogas legais e ilegais foi desde a sua instauraçom umha tentativa de reduzir a percepçom negativa das legais, como se estas nom proporcionassem também pingües benefícios, ou nom foram adulteradas, ou nom supugessem um risco igual de sério que as ilegais para a saúde em caso do consumo irracional. Dizer passar-se umha noite de bebedeira é menos nocivo que esnifar umha raia, é muito discutível e em ocasioms totalmente falso. Assim, de incluirmos estas drogas legais que nom aparecem em nengumha estatística, descobriríamos que o 55% d@s jovens bebe todas os fins-de-semana, achegando-se a cifras muito mais altas segundo a zona.

Como vemos, o desinteresse total da Junta tem permitido nom que a situaçom continue na mesma, mas que se agrave. As carências extremadas do nível de vida da juventude, a impossibilidade de aceder a um trabalho estável, bem remunerado, umha vivenda própria, a falta de espaços de lazer nom consumistas e alienantes, a necessidade do Capital de manter a juventude submissa e inofensiva, som algumas das causas de que as drogas a dia de hoje sejam o caminho de fugida para a grande maioria d@s jovens, que tentam afogar em neve e álcool as misérias e frustraços dumha vida que nom nos pertence.

## **2. Juventude e repressom**

### **2.1. Introdução**

Na actualidade, a juventude galega está a sofrer umha ofensiva inigualável na história recente da nossa nação. O deterioro das condições materiais de existência d@s jovens galeg@s está atingindo quotas que dificilmente podiam ser prognosticadas nos anos oitenta. A taxa de exploração laboral, de sinistralidade, a falta de expectativas e em definitiva dum futuro digno para a juventude e muito especialmente para as jovens, temem sido algumas das repercussões das novas condições impostas polo capitalismo.

A nova escalada da acumulação capitalista, vem acompanhada e sustentada por umha ofensiva global do imperialismo, da guerra ideológica, e também, dum auge do autoritarismo e a repressom. A ofensiva antiterrorista e a luta contra o denominado eixo do mal, mas também a deriva autoritária do Estado francês durante e após as lutas que protagonizárom @s jovens, som avondo ilustrativas das novas regras de jogo impostas pola burguesia.

Mas nom temos que ir tam longe para constatar esta tese. Aqui, na Galiza, está-se a produzir umha teimuda campanha de criminalização d@s jovens que tem a sua conseqüência numha vaga de legislações e normas autoritárias, bem estatais, autonómicas ou locais, que dam via livre ao controlo policial de escolas ou espaços de ócio. Mas nom só. O Ministério de Interior tem desenhado um plano integral de controlo policial da juventude, que nom pode ser avaliado mais que como um salto qualitativo na visibilização da repressom juvenil.

### **2.2. Repressom ao serviço do sistema**

Existem multitud de definições que podem exprimir o que significa a palavra repressom. Quiçá umha das mais acaídas é a seguinte: Conjunto de instrumentos coercitivos e impositivos tanto conscientes como subconscientes/inconscientes que emprega o poder para perpetuar e alongar a exploração e acumulação capitalistas.

Esta definição teórica concreta-se nos milhons de estímulos e ordens directas e indirectas que afortalam a opressom nacional, de classe e de género, através da imposição de valores, símbolos, pautas de comportamento, ideologia, língua, cultura, sexualidade, etc. O poder, o capitalismo e os estados que o gerem empregam umha amplíssima gama de instrumentos repressivos, que vam desde os mais claros e directos até os mais subconscientes.

A indústria mediática e outros meios de controlo e vigiância social como podem ser a família, a escola e a Igreja, som empregados polo capitalismo para criar umha determinada estrutura psicológica de massas em que se potencia o medo, o respeito supersticioso à autoridade, já for do pai, do governo estatal ou do companheiro/noivo/marido no caso das mulheres, a obediência sem concessões aos ditados do poder adulto, etc. É um meio-estrela para assegurar a taxa de ganho que se tira do trabalho assalariado, o saque das nações ocupadas e a exploração sexual e de género.

No caso concreto da juventude trabalhadora, e mais concretamente no das jovens trabalhadoras, o sistema mostra umha necessidade imprescindível de anular totalmente a capacidade de reflexom teórica crítica e de acção prática d@s jovens. E isto porque a juventude sofre no seu interior a contradição torturante entre a sua força psico-física, expansiva e em apogeu, e a repressom e alienação introduzidas artificialmente na sua estrutura psíquica. Que esta contradição nom derive num envelhecimento vital d@ jovem em questom, e que cristalice numha prática verdadeiramente juvenil, radical e auto-organizada depende da capacidade e instrumentos que tenha a juventude num período histórico concreto para lutar contra a assimilação, impedindo a integração final no sistema.

A repressom nom sempre é tam clara e evidente como umha carga policial, umha detenção com intimidações e/ou agressões ou julgamentos políticos em castigo à militância conseqüente. Se bem esta repressom visível evidentemente existe, pode ter diferentes níveis que vam desde a violência institucional até outras de menor intensidade (suspensos em exames por empregar correctamente o galego, ostracismo social, actitudes condescendentes em círculos de amizades por militar em organizações do MLNG, problemas contínuos na morada por nom renunciar à prática revolucionária quotidiana, etc...).

Mas existe outro tipo de repressom, interna, assumida, inconsciente e muito mais taimada, e em occasions perigosa, do que a visível. Falamos desse terror irracional a falar em público, a expressar a verdadeira opinião por ser radicalmente contrária à ideologia dominante, ainda quando estamos convencid@s da validez dos nossos argumentos, falamos da tendência em que tentam educar-nos para “evitar os conflitos”, o calado do demagógico discurso oficial que tacha de “intolerantes” e/ou utópicas as legítimas aspirações, bem possíveis e realizáveis, que nós defendemos. Falamos dessa vozinha interior que te insta a nom censurar actitudes e expressões machistas com as pessoas dos nossos ambientes mais próximos, ou que te incita a nom rebelar-te contra o autoritarismo dos pais e maes, etc... Estamos a falar, em definitiva, do conjunto de actos e pensamentos colectivos e individuais condicionados por factores de personalidade, rela-

tivamente difíceis de controlar e dirigir desde o pensamento consciente. E independentemente do que pense a maioria da juventude, esses factores de personalidade estão intervistos, som modulados e deformados através da alienação, que acaba disparando esses mecanismos de repressão interna dos que falávamos.

O sistema capitalista contruiu um vastíssimo complexo de meios de controlo e mandatos subconscientes que estão em constante muda em função das suas necessidades históricas e conjunturais, sempre supeditadas à lógica criminosa de obter a toda costa, e sobre as vidas de quem for, o máximo lucro ao mínimo custe. Conhecê-los é o passo prévio para controlá-los e dirigi-los, impedindo que logrem o seu objectivo de criar jovens autómatas, que ao se convertirem em adultos passem a reproduzir essas mesmas estruturas que sofrêrom, mas nesta volta sobre @s seus/suas filh@s.

### 2.3. Poder adulto e opressão juvenil

Para analisar de jeito certo o que é que é a repressão, e em especial a dinâmica e objectivos da repressão contra a juventude, teremos de tentar compreender quem se beneficia da actual situação material da juventude, e por que se precisa da repressão e da alienação para manter esses benefícios. Esse sujeito que ganha (e ganha muito) com nossa situação é o poder adulto.

O poder adulto é o ensaiado pelas pessoas maiores sobre a infância e a juventude. A maior parte dos costumes sociais e modos de comportamento dominantes vão encaminhados a ocultar a existência desse poder adulto que extrai benefícios da situação da juventude e a infância, enquanto cria a ilusão de ser altruísta e desinteressado, de trabalhar pelo bem d@s jovens.

A dificuldade para analisá-lo é que por factores vários de socialização e intervenção na estrutura psíquica das massas, tendemos a abordá-lo desde a óptica subjectiva, individualista, parcial e imediata da lembrança d@s noss@s pais e maes, o que invisibiliza com grande efectividade a sua existência.

Dentro desses benefícios que o poder adulto extrai d@s jovens, salientamos fundamentalmente dous: Em primeiro lugar, reproduz a força de trabalho para seguir assegurando a exploração, empregando como armas a deformação e manipulação juvenil. Em segundo, cria seres humanos que reproduzirám na sua vida pessoal a alienação, através da educação que ministrará à sua descendência.

Umha das características mais importantes do poder adulto é a maleabilidade, a sua capacidade cosmética para mudar em diferentes períodos históricos segundo as necessidades do bloco de classes dominantes, assim como a sua ligação dialéctica com a alienação global, em especial com os meios de comunicação e o consumismo. A massificação da educação produzida no passado século XX, em que as classes dominantes do centro capitalista ocidental decidírom permitir a incorporação das classes trabalhadoras ao sistema educativo burguês, deveu-se ao duplo benefício que a burguesia obteve dumhas massas operárias mais sas, que produzem mais, e de uns/umhas operári@s que som preparad@s desde crianças para ser submiss@s votantes das novas democracias europeias de celofane.

Dentro dos factores de controlo da juventude existem alguns que som inclusive prévios ao nascimento, como podem ser as políticas de natalidade dos estados, que temem efeitos de grande importância para o mantimento da ordem burguesa, em especial da ordem patriarcal e da instituição da família patriarcal-burguesa como único modelo possível de relações.

Por último, é fulcral assinalar a especial opressão que desata o poder adulto num contexto de dominação patriarcal e de ocupação nacional. Neste caso, o poder adulto do estado opressor defende os interesses nacionais dos adultos pertencentes a ele, enquanto se erige inimigo declarado do que umha mulher emancipada poida ensinar às suas filhas/amigas.

### 2.4. Juventude e alienação

Como já vimos, o poder adulto cria umha estrutura psíquica de massas deformada, alienada, que permite manter a população controlada e ignorante da exploração que padece. Nas sociedades ocidentais actuais, acredita-se como umha verdade inquestionável que as pessoas adultas som as que assumem e vivem na alienação, enquanto @s jovens som por natureza rebeldes. Isto é umha mentira descarada. De facto, existe umha necessidade objectiva das classes dominantes de manter alienada a juventude, e o próprio poder adulto e a alienação que produz se perpetuam geracionalmente, sendo transmitidos de pais e maes a filh@s de jeito mecânico e inconsciente.

A estrutura psíquica juvenil alienada baseia-se entom na dependência psicológica d@ jovem face o poder adulto, é dizer, @ jovem alienad@ precisa de contar cumha autoridade, permissão ou consentimento para pensar pola sua conta e fazer o que ele/ela pensa que é correcto. Neste idiotizamento dirigido, o comportamento juvenil fica limitado na essência, ainda que há determinadas práticas e/ou áreas que som permitidas ou toleradas polo poder adulto e instrumentos seus como a indústria mediática. Isto nom quer dizer que nom haja umha minoria de actos difusamente contestatários (em especial pensamentos e comportamentos de resistência à injustiça) que embora nom sejam teóricos na maior



parte das vezes, podem dar numha verdadeira prática juvenil, radical e inassimilável através de um processo de auto-organização.

Portanto, independentemente de que roupa vista ou que estética leve, a que tribo urbana pertença, ou mesmo o disposto que esteja a transgredir a lei burguesa, a juventude está dominada por umha série de pautas psicológicas (estruturas) alienadas, em que os actos estão condicionados polo convencimento consciente ou inconsciente de que a valia humana própria vem determinada directa ou indirectamente polo dinheiro, e o critério de atingir a maior riqueza possível passando por cima de quem for necessário. E está alienada porque nom questiona que a sua vida quotidiana está mercantilizada, reduzida à lei da oferta e da demanda, jogando dentro das pautas que marca o capitalismo, por muita rebeldia que pareça ostentar, na sua grande maioria nom supõem um verdadeiro perigo para o sistema.

Outro sobado tópico empregado pola imprensa e o jornalismo burguês é o da rebeldia juvenil. Refere-se a umha época mais ou menos transitória em que o jovem “rompe com as normas”, ou polo menos isso se fai acreditar, mas sempre como umha etapa que finalizará irremediavelmente com a integração d@ jovem no poder adulto e a aceitação do consumismo como única pauta de liberdade que o sistema permite para a juventude. Quantas vezes nom ouvimos discursos paternalistas e reacionários em que nos falam de que “já mudaremos de opinião”, ou “eu também era mui radical a tua idade” ou “já madurecerás com o tempo”. Som as vozes dessa juventude que envelheceu prematuramente e que acabou integrando-se e assumindo a ditadura do poder adulto, passando a ser caixa de ressonância e transmissor inconsciente da alienação às gerações posteriores.

Na Galiza a dia de hoje atopamo-nos cumha juventude claramente envelhecida, que assumiu todos os comportamentos característicos d@s adult@s, embora nom pertença à terceira idade. Os exemplos temo-los desde jovens de direitas, até militantes de organizações juvenis reformistas, grupos de jovens da Igreja, etc...

Nesta derrota vital podem-se seguir em muitos casos umha série de degraus ou pontos de inflexão, nos que @ jovem baixa a cabeça e aceita a imposição do poder adulto, com todo o que isso significa, ou pola contra se emancipa e se volta independente, iniciando um verdadeiro caminho revolucionário juvenil, inassimilável já polo sistema. Estes pontos podem ser participar em actos e grupos que nom som bem vistos polos pais, militar activamente em organizações juvenis revolucionárias a pesar da proibição dos pais, sair da morada familiar ou continuar dentro com as limitações, imposições e autoritarismos que isto implica, aceitar ou rechaçar os estudos ou o trabalho imposto polos pais, negar-se a aceitar um trabalho imposto que nom deixa tempo para a militância, etc... Nestes momentos, @ jovem decide se vai seguir a via tradicional e ser “um/umha bom/boa filh@”, ou optar finalmente polo caminho da liberdade.

## 2.5. A ofensiva contra a juventude

Como já vimos mais arriba, a relação dialéctica entre repressão e alienação juvenis complementa-se com a repressão de tipo externo, a qual está atingindo elevadas quotas na Galiza, cuja juventude está a sofrer umha ofensiva mediática, policial e jurídica que supom um avanço qualitativo na intensidade repressiva e autoritária à que o Estado espanhol recorreu nas últimas décadas.

### 2.5.1. Ser jovem é delito

Com o álibi da impressionante explosão de raiva juvenil nos bairros populares da França, @s jovens começamos a ser @s principais protagonistas dos meios de comunicação. Mas nom éramos protagonistas pelas condições laborais às que nos vemos submetid@s ou por ser vítimas de um mais que deficiente sistema educativo, nem tam sequer pelas alarmantes cifras de acidentes laborais que sofremos. De um dia para outro, a mocidade convertera-se num perigoso colectivo, por definição sádico, incívico e violento. Ser jovem passara a ser delito.

Assim desde os últimos meses de 2005 a mocidade é objecto de umha intensa campanha de intoxicação mediática perfectamente coordenada, que serve de álibi para a aprovação de umha vaga de legislações e normativas dirigidas a restringir os direitos d@s jovens.

Esta ofensiva autoritária tivo diferentes alvos, ainda que principalmente se tem dirigido cara às escolas e os espaços de lazer, onde os concelhos, a administração autonómica ou o próprio Estado, já estão aplicando distintos planos de actuação, que sempre passam por um aumento da presença e o controlo policial.

### 2.5.2. Planos repressivos nas escolas ficam em ridículo

O primeiro plano de actuação posto em marcha ao amparo da campanha de intoxicação mediática foi o chamado *Plano Estratégico de Resposta Policial* que em Janeiro de 2006, coincidindo com a volta às aulas, puxo em marcha o Ministério espanhol de Interior com diversos objectivos, entre eles o tráfico e consumo de drogas nom legais em centros de ensino.

Na Galiza, o plano aplicou-se em mais de 200 centros de secundária que passavam a ser controlados por mais à roda

de 300 polícias espanhóis (nem o Ministério nem a Delegação do Governo informáram do número de agentes destinados, unicamente figérom público que se tratava do 10% dos 3300 destinados em todo o Estado), aos que há que somar um número indeterminado da Guarda Civil e das distintas Polícias Locais.

Assim com a escusa do combate ao tráfico de drogas nom legais, as forças repressivas trasladariam aos centros de secundária galegos, e algunhas escolas, um autêntico estado de excepçom. Intervençom de unidades caninas, presença policial abafante nas redondezas ou no interior dos próprios centros ou os cacheios e identificaçoms aleatórias, convertêrom-se em algo habitual nos institutos do nosso País, sem que polo de agora conheçamos a oposiçom de qualquer colectivo, salvo o estudantil.

Mas desta volta nem sequer as burdas manipulaçoms às que nos temos acostumad@s pudérom agochar o esperpéntico fracasso deste plano de intervençom. Assim, a Delegação do Governo na Galiza, que coordena a actuaçom repressiva contra @s estudantes, vem de fazer público os espectaculares resultados policiais. As três drogas nom legais mais consumidas pol@s adolescentes galeg@s nos liceus som, por ordem de requisas, o haxixe, a cocaína e a marijuana. No que se refere ao haxixe, durante os seis meses que durou o plano, requisárom-se 509 gramos, principalmente no Sul da Galiza. De cocaína requisárom 66,75 gramos e de marijuana apenas 60. Em total, além das substâncias apressadas, realizárom-se 175 denúncias, 143 no Sul da Galiza e 32 nos centros do Norte.

O ridículo destes dados é ainda mais clamoroso se tivermos em conta que durante seis meses de despregamento policial, fôrom encontrados e requisados nos centros de ensino 0,0046 gr de haxixe, 0,0005 gr de cocaína e 0´00045 de marijuana. Além do mais, se atendermos às denúncias realizadas contra @s adolescentes, unicamente o 0,13% aparecem implicados em casos de posse, consumo ou venda de drogas nom legais. Eis a crónica da eficiência policial.

Estes dados som a mostra do injustificado da sufocante pressom policial e deixam ao nu a verdadeira natureza destas operaçoms, que longe de intervir contra essa sorte de mercado da droga em que segundo os meios de desinformaçom se tinham convertido os liceus, unicamente pretendem alargar o controlo policial contra a juventude, sofocar qualquer actividade subversiva (desde a aplicaçom do plano a intimidaçom e os cacheios som algo habitual para quem pretenda distribuir qualquer propaganda) e inculcar a pedagogia do medo permanente.

### 2.5.3. Novo assalto aos direitos d@s jovens. O *botelhom* como escusa

O fenómeno do *botelhom*, que habitualmente leva associado o tam cacarejado “vandalismo juvenil”, tem sido nos últimos meses objecto de umha minuciosa análise por parte dos meios de comunicaçom do sistema, transformando-se em pedra angular da campanha de intoxicaçom e criminalizaçom da mocidade. Esta atençom inusitada ao fenómeno tem provocado, desconhecemos se de forma intencionada, a convocatória espontânea do que se deu em chamar *macro-botelhoms*, em que milheiros de jovens se reunírom em parques e praças de diferentes cidades e vilas da Galiza, habitualmente em zonas em que esta prática nom era habitual, que servírom à sua vez para que os jornais, rádios e televisions alargaram a sua campanha e os políticos à frente das administraçoms locais, autonómicas e estatais se somaram ao circo aplicando medidas policias e legislaçoms autoritárias, em que mais umha vez os direitos d@s jovens se vem seriamente restringidos.

É procurando as origens do *botelhom* quando acharemos as chaves para umha melhor comprenso do fenómeno e do “problema”. E é que o *botelhom* nom foi abordado desde a óptica que o fam agora os partidos-médios do sistema até o ano 2002 quando o Partido Popular, às portas das eleiçoms municipais que decorrerom no verao de 2003, inventou o “problema” do *botelhom*. Naquela altura o movimento juvenil e sobretudo o movimento estudantil estava em plena efervescência. A potencialidade da luta estudantil organizada ficara mais que patente no movimento contra a LOU e crescia a participaçom d@s jovens nos movimentos sociais, sindicais e políticos. Nesta conjuntura achamos evidente que nom foi casual que o PP tentase colocar no centro do debate político municipal um tema que abordariam como de ordem social, nunca enquanto que hábito de ócio extendido entre @s jovens, que após umha intensa campanha de intoxicaçom sobre a juventude, seria abordado desde uns parámetros que unicamente provocaria um recorte de direitos e um maior controlo policial contra o conjunto da mocidade, tal e como ficou patente com a aprovaçom da chamada *Lei do Botelhom*.

Salvando as diferências do ano 2002 com o 2005, quando os meios do sistema iniciam a nova campanha de intoxicaçom, achamos entre as duas grandes similitudes que cumpre assinalar. Esta nova ofensiva contra a juventude surge após a explossom da rebeliom nos subúrbios da França e alimentada pola heroica luta d@s jovens contra o CPE. Desde um primeiro momento os meios procuraram similitudes entre os acontecimentos de Novembro em París, que sem fisuras tratarom como umha explossom de delinqüência, com o comptamento d@s jovens nos núcleos urbanos da Galiza, criando de forma premeditadamente um caldo de cultivo para a nossa criminalizaçom.

Mas nom é esta a única similitude que achamos entre o assalto do Partido Popular ao pouco que fica dos direitos d@s jovens e esta campanha nascida ao calor da raiva dos subúrbios na França. Se bem este novo episódio comeza com antelaçom à campanha eleitoral, o tandem políticos-meios souperom alargala para que seja precisamente agora quando principalmente desde os concelhos, ainda que também o governo autonómico e o estatal, apresentem as medidas

para atalhar umha prática, o botelhom, convertida em grave “problema” de ordem público e um dos protagonistas das eleições de Maio do próximo ano.

É evidente que a novíssima activação do “problema” do *botelhom* agacha múltiplas leituras e objectivos, mas que o principal é o assalto aos nossos direitos e transformando todo o relacionado com a juventude (lazer, ensino ou auto-organização) num problema de ordem público. E é que PSOE, BNG e PP respostam em clara sintonia ante o “problema”, apostando em geral com a aplicação imediata de medidas policiais, que restringírom a livre circulação d@s jovens polas cidades e vilas, edulcoradas com declarações sobre a conveniência de estudos que aprondassem no fenómeno e achegassem soluções de carácter social.

Se bem defendemos um modelo de ócio para @s jovens, que nom gire exclusivamente arredor do consumo de álcool ou doutras drogas, nom vamos cair em reducionismos moralistas que condenem a prática do *botelhom*, um fenómeno, que goste ou nom, tem um importante efeito socializador, muito maior que o lazer construído arredor de pubs e discotecas. Mas nom é a nossa intenção analisar desde essa óptica o *botelhom*, mas fazê-lo em quanto paradigma da campanha de intoxicação da que temos sido objecto a mocidade desde os últimos meses de 2005.

#### **2.5.4. Ofensiva contra a auto-organização. A caça d@ jovem independentista**

Em Junho de 2005 a Guarda Civil detia a seis jovens acusad@s de serem militantes de BRIGA e de danos e injúrias às instituições do Estado e ao Exército espanhol. Era o pistoletazo de saída aos processos repressivos contra a juventude auto-organizada no MLNG. Com a Operação Cacharrón, iniciava-se um processo de longo alcance contra a dissidência juvenil sem precedentes na Galiza, cujo alcance nom imaginávamos na altura. As petições de clausura da web, registos domiciliários, intervenções telefónicas e de correio nom se fam aguardar. Mas a operação, no marco da que a Guarda Civil solicitou o ingresso em prisão d@s jovens militantes, atopou na escassa disponibilidade da justiça local para acatar as ordens, um sério impedimento que à longa botaria por terra o principal objectivo do corpo repressivo, declarar BRIGA associação ilícita.

Na altura estavam-se a produzir multidom de detenções de jovens da esquerda independentista, o que indicava um recrudescimento da repressão policial contra a mocidade da esquerda independentista, que sofreu um salto qualitativo com a operação “Cacharrón”. Mas a constatação que a operação nom fora algo pontual chegou quando a mesma instituição abriu um outro processo, esta vez contra 11 independentistas em Novembro de 2005. No marco da mesma, apoiado da Audiência Nacional e excluindo a participação de qualquer juiz local que desbarata de novo os seus planos, a Guarda Civil levou a cabo registos de três Centros Sociais, enquanto os meios de comunicação se lançavam como abutres a protagonizar o linchamento mediático d@s detid@s.

Estes dous fitos, estas duas operações, tenhem similitudes evidentes, que denota umha proposta meticulosa da estratégia a seguir para descabeçar o movimento juvenil independentista, se bem a maioria das causas, objectivos e finalidades ficam-nos ainda ocultas à análise, ao existir umha desinformação interessada sobre os processos. Do que nom há dúvida é que o salto qualitativo que estas duas operações constata, nom tem nos jovens organizados o seu principal alvo por casualidade.

# TESE ORGANIZATIVA

## ESTATUTOS

### CAPÍTULO I. BRIGA

Art. 1.- BRIGA é unha organización social juvenil marxista da esquerda independentista galega, enquadrada no seio do Movemento de Liberdade Nacional Galego. Os seus obxectivos som a auto-organización dos sectores operários e populares da mocidade galega e a súa incorporación ao proceso de liberdade nacional e social de género da Galiza.

Art. 2.- BRIGA tem como ámbito de actuación exclusivo a mocidade no territorio nacional galego, os territorios de Návía-Eu, Berzio Cabreira e Seabra, (actualmente baixo a administración das comunidades autónomas de “Asturias” e “Castilla y León”) e lá onde existam comunidades de emigrantes.

### CAPÍTULO II. MILITANCIA

Art. 3.- Pode ser militante de BRIGA tod@ aquele/a moç@ que manifestar estar de acordo com os principios ideológicos básicos e assim o solicitar diante de qualquer estrutura da organização. Nom há mínimo de idade, e o máximo som os 29 anos.

Art. 4.- O procedimento para acceder à militancia em BRIGA pode ser directo ou prévio fase de colaboración.

Art.5.- @ militante integrará-se preferentemente no Grupo de Base radicado no lugar mais próximo à sua morada, de nom poder ser assim a Mesa Nacional estabelecerá as condições materiais para facilitar a participação da militancia na actividade da organização.

Art. 6.- Som direitos da militancia,

- a) Participar com voz e voto nos organismos de que formar parte.
- b) Eleger e ser eleit@ para os órgãos de dirección e cargos de responsabilidade.
- c) Receber apoio da organização no caso de repressom derivada da sua actividade política no MLNG.
- d) Receber informaçom em relação à actividade da organização.
- e) Ser escuitad@ no caso da adopçom de unha medida disciplinar.
- f) Praticar a crítica e autocrítica como modo de dar a conhecer a sua opiniom.

Art. 7.- Som deveres da militancia,

- a) Cumprir e acatar os Estatutos da organização.
- b) Pagar as quotas que se acordarem na Mesa Nacional ou no Grupo de Base em que se estiver integrad@.
- c) Contribuir ao êxito das linhas de actuación decididas pola organização.
- d) Ser coerente na vida quotidiana com os principios ideológicos da organização.
- e) Utilizar e fomentar o galego como língua veicular tanto na vida pública quanto na privada.
- f) Empregar e fomentar a linguagem nom sexista tanto na vida pública quanto na privada
- g) Cumprir com as responsabilidades que lhe forem encomendadas.
- h) Participar na medida do possível nos movimentos e colectivos de massas apoiados pola organização.

Art. 8.- A perda da condição de militante poderá producir-se como causa de unha sançom, polo impago de mais de cinco quotas ou a petiçom própria, devendo informar ao organismo de que se figer parte.

### CAPÍTULO III. COLABORAÇOM

Art. 9.- @s jovens que solicitarem a sua adesom a BRIGA podem fazê-lo como colaboradoras/es, com o obxectivo de conhecer melhor o funcionamento da organização.

Art. 10.- @ colaborador/a integrará-se no Grupo de Base radicado no lugar mais próximo à sua morada, de nom poder ser assim a Mesa Nacional estabelecerá as condições materiais para facilitar a sua participação na actividade da organização.

Art.11.- @ colaborador/a terá voz mas nom voto nos organismos de BRIGA em que esteja integrado. Polo resto contará

com os mesmos direitos e deveres.

Art. 12.- A perda da condição de colaborador/a poderá produzir-se como causa de uma sanção ou a petição própria, devendo informar ao organismo de que se fizer parte.

#### **CAPÍTULO IV. PROCESSO SANCIONADOR**

Art. 13.- O incumprimento dos deveres ou qualquer acção contrária aos princípios de BRIGA poderá ser causa de sanção, sempre atendendo ao critério de proporcionalidade.

Art. 14.- As sanções poderão ser,

- a) Apercibimento oral ou escrito.
- b) Destituição, temporária ou definitiva, do cargo de militante sancionado.
- c) Suspensão temporária da militância ou colaboração.
- d) Expulsão definitiva.

Art. 15.- As questões disciplinares serão resolvidas pelo órgão em que o militante ou colaborador/a esteja integrado, podendo ser apelada a decisão ao organismo superior até chegar ao Congresso Nacional, cuja decisão será inapelável.

Art. 16.- As sanções que afectarem a mais de três militantes ou colaboradoras/es, serão competência da Mesa Nacional, bem como as que afectarem a qualquer membro deste organismo.

#### **CAPÍTULO V. ESTRUTURA ORGANIZATIVA**

Art. 17.- BRIGA estrutura-se em dois níveis organizativos principais, nacional e de base, sem prejuízo de que tanto as estruturas nacionais quanto as de base adoptem alguma outra estratificação para se adequarem às necessidades particulares.

##### **Apartado 1.- Estrutura de Base**

Art. 18.- A estrutura de base constitui-na o Grupo de Base integrado pelos militantes e colaboradoras/es de um âmbito local ou comarcal. Para constituir um Grupo de Base são precisos três ou mais militantes.

Art. 19.- Cada Grupo de Base elegerá um/ha responsável que fará parte de pleno direito da Mesa Nacional.

Art. 20.- No caso do Grupo de Base atingir um desenvolvimento que fizer precisa uma adequação organizativa esta deverá ser ratificada pelo Mesa Nacional.

Art. 21.- Nas localidades ou comarcas em que não existir Grupo de Base, três ou mais colaboradoras/es poderão constituir um Grupo de Base de Colaboração, passo prévio para a constituição de um Grupo de Base.

Art. 22.- O Grupo de Base de Colaboração manterá um contacto estável com a Mesa Nacional através de um/ha membro desta que formará parte do organismo para orientar a sua actividade seguindo as directrizes aprovadas nos órgãos nacionais.

Art. 23.- Cada Grupo de Base de Colaboração elegerá um/ha representante que poderá assistir à Mesa Nacional com voz mas sem voto.

##### **Apartado 2.- Comissões Nacionais Sectoriais**

Art. 24.- A Mesa Nacional poderá criar as Comissões Nacionais Sectoriais que considerar oportunas sempre que as condições assim o permitirem.

Art. 25.- As Comissões Nacionais Sectoriais são organismos criados e submetidos às linhas políticas e organizativas marcadas pelo Congresso Nacional e a Mesa Nacional.

Art. 26.- Cada Comissão Nacional coordenará e gestionará a actividade de BRIGA no âmbito que lhe corresponder.

Art. 27.- Poderá fazer parte de cada Comissão Nacional Sectorial qualquer militante ou colaborador/a que assim o solicitar perante a Mesa Nacional.

Art. 28.- Cada Comissão elegerá entre as suas e os seus membros militantes um/ha Responsável que fará parte de pleno direito da Mesa Nacional.

Art. 29.- O máximo órgão da Comissão será o Plenário em que poderão participar todos as suas e os seus membros. No caso da Comissão atingir um desenvolvimento que faça precisa uma adequação organizativa esta deverá ser ratificada pela Mesa Nacional.

Art. 30.- As reuniões do Plenário das Comissões Nacionais Sectoriais terão a periodicidade que as suas e os seus membros determinem, tendo que ser convocadas pelo Responsável ou no seu defeito pela Mesa Nacional.

### **Apartado 3.- Congresso Nacional**

Art. 31.- A estrutura nacional que integra e afecta ao conjunto da organização e nela recolhem-se dois órgãos de decisão, o Congresso Nacional e Mesa Nacional.

Art. 32.- O Congresso Nacional é o máximo órgão de decisão da organização. Dele fazem parte de pleno direito todos os militantes de alta no tempo e modo decididos pela Mesa Nacional. Os colaboradoras/es poderão assistir com voz mas sem voto às sessões do Congresso Nacional.

Art. 33.- A convocatória do Congresso Nacional fará-se de jeito ordinário pela Mesa Nacional com uma antecedência mínima de três meses em relação à sua realização. De jeito extraordinário poderá ser convocada por 3/4 da militância ou a metade mais um dos Grupos de Base, sendo obrigatória a sua realização dois meses após a tomada da decisão.

Art. 34.- O Congresso Nacional realizará-se de jeito ordinário cada dois anos, tendo como função a adopção de qualquer decisão sobre a organização sempre que estiver apoiada pela metade mais um dos membros assistentes com direito a voto. No entanto, a dissolução da organização ou a modificação dos presentes Estatutos requerirá o amparo do 3/5 dos membros assistentes com direito a voto.

Art. 35.- São competências do Congresso Nacional,

- a) Definir e aprovar os princípios ideológicos e organizativos de BRIGA.
- b) Definir e aprovar a linha tática e estratégica de BRIGA.
- c) Analisar, debater e, se proceder, aprovar o Informe apresentado pela Mesa Nacional.
- d) Eleger a Mesa Nacional.

### **Apartado 4. Conferência Nacional**

Art. 36.- A Conferência Nacional será convocada quando existirem questões que pela sua importância devam ser debatidas de forma monográfica a nível nacional.

Art. 37.- A Conferência Nacional será convocada pela Mesa Nacional quando assim o considerar oportuno ou quando for solicitado pelos 3/4 da militância ou a metade mais um dos Grupos de Base, sendo obrigatória a sua realização um mês após a tomada da decisão.

### **Apartado 5.- Mesa Nacional**

Art. 38.- A Mesa Nacional é o órgão de direcção política da organização no nível nacional entre a realização de dois Congressos Nacionais.

Art. 39.- Integram a Mesa Nacional os representantes dos Grupos de Base e dos Grupos de Base de Colaboração, a Responsável Nacional da Mulher e quatro membros eleitos no Congresso Nacional que cobrirão os cargos de Responsável de Organização, Responsável de Finanças, Responsável de Comunicação e Responsável de Publicações e Internet.

Art. 40.- O Responsável de Organização presidirá as reuniões da Mesa Nacional, levantará acta de estas e encarregar-se-á da coordenação diária de todos os aspectos atingentes ao funcionamento ordinário da organização no nível nacional.

Art. 41.- O Responsável de Finanças encarregar-se-á de vigiar pelo saneamento das arcas da organização, velará pelo pagamento das quotas, coordenará as iniciativas destinadas à recolha de fundos e levará a contabilidade da organização sendo responsável perante a Mesa Nacional e do Congresso Nacional.

Art. 42.- O Responsável de Comunicação será o encarregado de transmitir as posições da organização na relação com os meios de comunicação e procurar a maior difusão dos posicionamentos de BRIGA na rede.

Art. 43.- O Responsável de Publicações e Internet encarregar-se-á da edição das publicações nacionais da organi-

zação assim como da manutenção da página web nacional.

Art. 44.- A Responsável da Mulher será a encarregada de potenciar a luta feminista no seio de BRIGA e garantir o cumprimento da estratégia antipatriarcal da Organização.

## **CAPÍTULO VI. TOMADA DE DECISIONS**

Art. 45.- As decisions tomarám-se preferentemente por consenso, de nom ser possível a decisom será tomada por maioria simples (mais votos favoráveis que contrários) excepto no caso da modificação de estatutos que precisará de umha maioria qualificada de 3/5 d@s assistentes ao Congresso Nacional.

## **CAPÍTULO VII. SÍMBOLOS, LÍNGUA E VOZEIRO**

Art. 46.- O símbolo de BRIGA é o nome da organização em traços pretos com umha estrela vermelha aberta pola parte superior colocada em baixo do A.

Também se adoptam como próprios a bandeira da Galiza, -pano branco com umha faixa azul celeste descendente do canto esquerdo superior ao canto direito em cujo centro se sobrepom umha estrela vermelha de cinco pontas; assim como a bandeira com o escudo nacional desenhado por Castelao, a bandeira vermelha, símbolo do movimento socialista mundial, e a bandeira lilás, símbolo internacional do feminismo.

Art. 47.- BRIGA adopta como próprios o Hino Nacional da Galiza e a Internacional.

Art. 48.- BRIGA tem como única língua de uso tanto na sua comunicação interna quanto externa a língua nacional da Galiza, o galego, utilizando o padrom normativo reintegracionista estabelecido pola AGAL.

Estabelece aliás, a utilização em todo o momento de umha linguagem nom sexista.

Art. 49.- O vozeiro nacional chama-se XERFAS. Fica responsabilizada pola sua edição a Mesa Nacional.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

PRIMEIRA.- A modificação dos presentes Estatutos corresponde em exclussiva ao Congresso Nacional e a sua interpretação à Mesa Nacional.

SEGUNDA.- Ficam derogadas as anteriores normas estatutárias.

# RESOLUÇÕES

## Solidariedade com a Juventude Comunista Checa

O passado 12 de Outubro a Juventude Comunista Checa era oficialmente ilegalizada. Esta decisão é a culminação dumha intensa campanha de ameaças, de intoxicação e criminalização do comunismo e por extensão de todas as entidades, colectivos e pessoas que defendam umha alternativa á miséria e brutalidade do capitalismo.

Os jovens combatentes devemos estar em permanente alerta. A caça às bruxas desatada na República Checa nom é um caso isolado, mas é parte dumha campanha global que tem como objectivo destruir o movimento popular. Assim o demonstram as últimas iniciativas no Parlamento da UE de condenação do comunismo, que de aprovar-se seriam o marco idóneo para levar a cabo novas medidas repressivas.

Às jovens galegas, aos jovens galegos, os argumentos utilizados polo Ministério de Interior para justificar a ilegalização da Juventude Comunista Checa nos som bem próximos. Mentras o Estado checo dissolve a organização comunista por defender a propriedade colectiva dos meios de produção, a Guarda Civil sustentou o intento de ilegalização de organizações juvenís da esquerda independentista na defesa destas dum programa para destruir o capitalismo e construir umha outra sociedade mais justa.

De BRIGA, somamo-nos à multidão de organizações juvenís, políticas, sociais, culturais e sindicais que participaram na campanha internacional de denúncia contra este processo repressivo, e mandamos às companheiras e companheiros da Juventude Comunista Checa a nossa mais sincera solidariedade.

STOP repressão contra a juventude!  
 Nom à ilegalização da Juventude Comunista Checa!

## Recuperar a memória da Galiza combatente. 70 anos depois a luta continua

Durante os últimos meses, coincidindo com o 70º aniversário do alçamento fascista de 1936, fomos multidão as actividades e acções organizadas por BRIGA e o conjunto da esquerda independentista para homenagear e recuperar a memória da Galiza combatente.

A pouca idade de muitos dos guerrilheiros e combatentes anti-fascistas que se encararam ao totalitarismo franquista é um facto que nom esquecemos, e do que o movimento juvenil da esquerda independentista nom pode declarar-se alheio. Se bem a conjuntura política e económica mundial tem experimentado grandes mudanças desde entom, o símbolo da resistência antifranquista tem alentado e alentará multidão de gerações da esquerda deste país.

## Liberdade para os cinco heróis

Cinco cubanos permanecem encarcerados em prisons ianques desde o mês de Setembro de 1998, quando foram detidos mentras procuravam informação preventiva para evitar ataques contra a Revolução cubana, que ao longo dos últimos 47 anos se temem organizado desde os Estados Unidos com total impunidade,

Desde a sua detenção, há agora oito anos, o imperialismo ianque e as organizações de extrema-direita cubano-americanas tentam utilizar os cinco para desquitarse dos sucessivos fracassos das conspirações contra a ilha e o processo revolucionário em marcha. Assim montou-se arredor destes cinco cubanos um autêntico clima de intoxicação e linchamento, que serviu para organizar um vergonhento julgamento-farsa no que fomos condenados a duríssimas penas, que estão a cumprir numhas condições infra-humanas.

De BRIGA denunciámos as condições a que se vem submetidos estes cinco heróis da Revolução cubana, seqüestrados, linchados, maltratados e condenados num processo parcial inçado de lacunas e irregularidades.



Gerardo Hernández, presente!  
Ramón Labañino, presente!  
René González, presente!  
Fernando González, presente!  
Antonio Guerrero, presente!

---

### **Umha naçom, umha selecçom**

Em Novembro do ano passado jovens de várias comarcas decidiam pôr de novo em andamento o colectivo Siareir@s Galeg@s, nascido havia mais dumha década mas que sofreu nos últimos anos um parom organizativo. A reparaçom do colectivo, referencial na luta polos direitos da Galiza no terreno desportivo, produzia-se ao calor do primeiro jogo da selecçom galega de futebol depois de décadas seqüestrada, primeiro polo fascismo espanhol e depois polos seus herdeiros ao mando da Junta da Galiza.

A tam anceiada estreia da nossa selecçom o 29 de Dezembro de 2005, converteu-se numha grande manifestaçom da vontade da Galiza por existir e a demonstraçom da enorme referencialidade acumulada durante anos de duro trabalho por Siareir@s Galeg@s. Os meses seguintes a histórica estreia e o incansável acompanhamento das diferentes selecçoms, unicamente o confirmárom.

De BRIGA mais umha vez manifestamos o nosso apoio a Siareir@s Galeg@s, colectivo que logrou construir um espaço plural e de enorme referencialidade, que encheu de vitalidade o movimento em defesa das selecçoms nacionais galegas.



[www.briga-galiza.org](http://www.briga-galiza.org)